

CHEVROLET/COBALT 18M LTZ/Pas/
Automovel/9BGJC6920HB174426
Portaria n.º201804000806, de 09/03/2018 - Proc n.º
122018730000445/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei
6427/01
Interessado: Francisco Oliveira da Silva – CPF: 635.844.922-20
Marca/Tipo/Chassi
GM/PRISMA MAXX/Pas/Automovel/9BGRM69F0AG275111
Portaria n.º201804000808, de 09/03/2018 - Proc n.º
2018730004184/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei
6427/01
Interessado: Leno Afonso do Mar Goncalves – CPF: 426.850.952-
68
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT18AELI/Pas/Automovel/9BGJE6920HB130302
Portaria n.º201804000810, de 09/03/2018 - Proc n.º
2018730004398/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2018
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei
6427/01
Interessado: Antonio Wilton Passos de Carvalho Filho – CPF:
175.283.212-49
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 1.4AT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69V0HG211618
Protocolo: 288317

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS
(*) ACÓRDÃO N. 5674 - 1ª CPJ. RECURSO N. 12569 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172015510000348-7). CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHÃES PEREIRA. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. NÃO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. 1. Não há que se falar em decadência quando o ato administrativo ocorreu dentro do prazo quinquenal previsto em lei. Preliminar rejeitada por unanimidade. 2. É defeso aos órgãos de julgamento administrativo-tributários a apreciação de ilegalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato. Inteligência do art. 26, inciso III da Lei nº 6.182/1998. 3. A aplicação de multa visa desestimular a prática de ilícitos, não havendo confsco em sua imposição, desde que devidamente prevista em lei para o caso em concreto. 4. A falta de retenção e recolhimento do imposto devido por sujeição passiva por substituição tributária sujeita o contribuinte substituto às penalidades da lei, sem prejuízo do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. Voto contrário do Conselheiro Nilson Monteiro de Azevedo, pelo provimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/02/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 05/02/2018.
(*) Republicado por ter saído com incorreções.
Protocolo: 288230

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO
TERMO ADITIVO Nº: 01
DATA DE ASSINATURA: 05.03.2018
VALOR: R\$-79.404,00 (Setenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais)
VIGÊNCIA: 06.03.18 a 05.03.19
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: Outros
JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo
CONTRATO Nº: 035
EXERCÍCIO: 2017
CONTRATADO: Elevadores Atlas Schindler S. A.
ENDEREÇO: Rua Antonio Barreto, Nº 1260 - Bairro: Umarizal
CEP: 66060-020 Belém/PA
Telefone: (91) 98117 3551
rdenador: Augusto Sérgio Amorim Costa
Protocolo: 288305

OUTRAS MATÉRIAS
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A
Av. Presidente Vargas, 251, Campina
CEP: 66.010-000 – Belém-Pará
CNPJ nº 04.913.711/0001-08
NIRE 15.3.0000011-4
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Edital de Convocação
Ficam convocados os senhores acionistas do **BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**, sociedade de economia mista de capital aberto, a se reunir nas **Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**, que serão realizadas no **dia 12 de abril de 2018**, às **10h**, no 5º pavimento do seu Edifício-Sede, localizado à Avenida Presidente Vargas nº 251, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
I – Em Regime de Assembleia Geral Ordinária
Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras;
Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
Eleger membros do Conselho de Administração;
Eleger os membros do Conselho Fiscal.
II – Em Regime da Assembleia Geral Extraordinária
Responsabilidade Social – valor anual para concessão de doações a entidades assistenciais e f lantrópicas;
Remuneração dos Administradores;
Revisão da Política de Remuneração dos Administradores;
Fixar o percentual sobre o lucro líquido, na forma do que estabelece a alínea “a”, do parágrafo único, art. 13, do Estatuto Social;
Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, na forma do art. 152, caput, da Lei nº 6.404/1976.
A Companhia esclarece que, em cumprimento à Instrução CVM 481/2009, conforme alterada pelas Instruções CVM 561/2015, 570/2015 e 594/2017, adotará para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ora convocadas o sistema de votação à distância por meio do Boletim de Voto. Os procedimentos estão previstos na Instrução CVM supra citada, no Formulário de Referência da Companhia e na Proposta da Administração para as Assembleias Gerais convocadas.
Belém (PA), 07 de março de 2018.
Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Presidente do Conselho de Administração
Protocolo: 287295

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

ERRATA
ERRATA PORTARIA
PORTARIA Nº. 082/2018.
Publicada no DOE nº 33.568, de 01.03.2018.
Onde se lê: Chaves/PA
Leia-se: Chaves/PA e Macapá/AP.
Protocolo: 288350

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº. 005/2018
A Diretora Administrativa e Financeira da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, no uso de suas atribuições legais, fundamentada no Inciso II, do art. 25, C/C inciso VI, do art. 13 da Lei nº. 8.666/93 e considerando os termos do Parecer da Consultoria Jurídica nº. 54/2018 resolve reconhecer a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 005/2018**, junto ao **INSTITUTO NEGOCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA**,

empresa especializada em capacitação prof ssional, referente à participação no “13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros” a ser realizado na Cidade de Foz do Iguaçu, com o objetivo capacitar os profissionais desta Secretaria de Estado de Planejamento-SEPLAN.
Belém, 08 de março de 2018.
WANDA MARIA CARVALHO DE CARVALHO
Diretora Administrativa e Financeira em exercício
RATIFICAÇÃO
Nos termos do Inciso II, do art. 25, C/C inciso VI, do art. 13 da Lei nº. 8.666/93 ratif co a decisão da Diretora Administrativa e Financeira em exercício desta Secretaria de Estado de Planejamento por atender aos requisitos legais.
Belém, 08 de março de 2018.
JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES
Secretário de Estado de Planejamento
Protocolo: 288583

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA Nº 216 DE 08 DE MARÇO DE 2018.
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a obrigação da Administração de f scalizar a execução de seus contratos administrativos, nos termos dos art. 58, inciso III, e 67 da Lei Federal nº 8.666/93; e os termos do Decreto Estadual nº 870, de 04 de outubro de 2013 e os termos da Cláusula Nona do Contrato nº 017/2018 e os autos do Processo nº 2017/42269;
R E S O L V E: Designar o servidor ENILDO ANTONIO HOLANDA BEZERRA, matrícula nº808454-2, lotado no DIPAT/DAS/SESPA, para acompanhar e f scalizar o Contrato acima, bem como pelo atesto dos documentos de despesa, quando comprovada a fel e correta execução do objeto contratado, para f ns de pagamento, no âmbito da SESPA, adotando todos os procedimentos necessários e previstos em Lei.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA-VITOR MANUEL JESUS MATEUS.
Protocolo: 288392

PORTARIA Nº 217 DE 08 DE MARÇO DE 2018.
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a obrigação da Administração de f scalizar a execução de seus contratos administrativos, nos termos dos art. 58, inciso III, e 67 da Lei Federal nº 8.666/93; e os termos do Decreto Estadual nº 870, de 04 de outubro de 2013 e os termos da Cláusula Nona do Contrato nº 019/2018 e os autos do Processo nº 2017/254225;
R E S O L V E: Designar o servidor JOSÉ DIVINO DOS SANTOS, matrícula nº 589752-9 designado pelo 12º CRS, para acompanhar e f scalizar o Contrato acima, bem como pelo atesto dos documentos de despesa, quando comprovada a fel e correta execução do objeto contratado, para f ns de pagamento, no âmbito do 12º CRS/ SESPA, adotando todos os procedimentos necessários e previstos em Lei.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA-VITOR MANUEL JESUS MATEUS.
Protocolo: 288395

PORTARIA Nº 215 DE 08 DE MARÇO DE 2018.
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a obrigação da Administração de f scalizar a execução de seus contratos administrativos, nos termos dos art. 58, inciso III, e 67 da Lei Federal nº 8.666/93; e os